



# **Moção R**

**A radicalidade de reinventar a política**

**CRESCER  
PELA RAIZ**



## 1. SÓ O ANTICAPITALISMO RESPONDE À CRISE

Vivemos num tempo de crise e de guerra. Crise financeira, económica, ecológica, alimentar. Se é preciso precaver-nos das tentações de prever a sua evolução a curto prazo e traçar a partir daí uma política dogmática, também é precisa a consciência de que só conseguiremos responder-lhe compreendendo a sua profundidade sistémica. À ideia simplista da direita de que a crise é o passado ultrapassado pela benignidade da austeridade e à cegueira voluntária do social-liberalismo sobre ela, **é preciso opor a ideia de que a crise é o presente e o futuro imediato do capitalismo mundial. Porque ser anticapitalista é ir à raiz dos problemas e não enterrar a cabeça na areia, é urgente um programa alternativo que responda à crise.**

## 2. O ECOSOCIALISMO TEM DE SER UMA PRIORIDADE E NÃO UM CHAVÃO

Vivemos num mundo em crise ecológica. Esta crise é especialmente arrasadora para os países com meios de subsistência de miséria. O capitalismo é a crise, não só no sentido em que vive crises cíclicas de produção e cria uma desigualdade gritante da distribuição dos rendimentos, mas também no sentido em que os seus ritmos e os seus fundamentos se revelam incompatíveis com os ciclos da Terra e com a sobrevivência das espécies.

Se as políticas produtivistas, consumistas e extractivistas e as narrativas acríticas de sustentabilidade e do crescimento económico incessante são parte do problema, é necessário demonstrar que o capitalismo verde ou as perspectivas moralistas e individualistas sobre o ecologismo não são a solução necessária. **É preciso mobilizar saberes e práticas alternativas que construam um anticapitalismo ecologista capaz de crescer além das suas tradições, que una as lutas ecológicas concretas a um movimento reivindicativo de justiça, e que faça frente ao ambientalismo neoliberal das multinacionais como a Monsanto ou a Gazprom.** Esse caminho só pode ser feito tendo por base um movimento de justiça ecológica e de respeito pelos povos.

## 3. A DITADURA FINANCEIRA E O AUSTERITARISMO PERMANENTE CONTINUAM A SER O HORIZONTE DA POLÍTICA DOMINANTE

Vivemos num tempo de ditadura financeira. A democracia realmente existente encontra-se diminuída pela naturalização das leis do mercado e pelo poder crescente dos especuladores. **A financeirização global roubou espaço à soberania popular e, assim, a austeridade permanece como a única política "realista" para quem não esteja disposto ao confronto directo com estes poderes financeiros.** Com a estratégia de maximização do lucro, através da privatização dos bens comuns, das inibições ao investimento público, dos resgates bancários, permitindo a fuga de capitais para *offshores* e transferências brutais dos rendimentos do trabalho para o capital, o austeritarismo continua a ser a bitola única da política dominante, apesar da sua retórica, pelo menos na Europa, se ter suavizado momentaneamente.

O poder desregulador da finança manifesta-se também no **TTIP, o tratado secreto que será apresentado aos povos como de assinatura obrigatória e que ameaça nivelar os direitos sociais por**



**baixo, privatizar o que resta do Estado social e colocar a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer.** Acresce que as medidas de precaução instauradas na Europa em matéria de regulação ambiental não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano. O novo quadro irá permitir a liberalização absoluta de produtos como os transgénicos e a carne tratada com hormonas, sem a necessária informação ao consumidor ou mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

#### **4. A UNIÃO EUROPEIA É O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES E O FECHAMENTO DA EUROPA É TÃO INJUSTO QUANTO IMPOSSÍVEL**

Vivemos na Europa das desigualdades. As instituições resultantes da constituição de um espaço económico-político comum europeu revelaram-se incapazes de cumprir as suas promessas de progresso económico e social. Elas são hoje um buraco negro da democracia: nem soberania nacional-popular, nem soberania popular-europeia, as regras da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu são hoje as da tecnocracia da política única, do liberalismo autoritário de Merkel.

O despoletar da crise fez estalar o verniz de um projecto pleno de contradições em que ao austeritarismo e ao garrote da dívida, se junta a moeda única enquanto factor de agravamento constante destas desigualdades. A burguesia do centro da Europa continua a limitar o crescimento da massa salarial nos seus países, a beneficiar da moeda forte desenhada para seu benefício e a construir um colonialismo da dívida, onde mercados inviáveis compram os seus produtos e sofrem programas “de ajustamento estrutural” que servem em última análise para pagar os empréstimos aos seus bancos em apuros. Não aceitar o garrote da dívida é promover a realização de uma auditoria cidadã, recolocando em debate o conceito de dívida odiosa e ilegítima, criando assim as condições para uma renegociação justa de uma dívida insustentável.

Com a União Europeia enquanto projecto político em crise, com as suas estruturas democráticas altamente deficitárias e com estruturas de cúpula ao serviço aberto das classes dominantes dos países mais poderosos, com a possibilidade de saídas, com a convivência neste espaço de regimes em derivas autoritárias, a esquerda tem de ter a inteligência de construir uma política e reivindicações internacionalistas concretas que saibam escapar à armadilha da divisão entre soberanistas e europeístas de esquerda.

Sabemos que a Europa vive hoje um momento de polarização da política que trará fenómenos contraditórios e desenvolvimentos a velocidades diferentes e não podemos prever quais as exactas consequências que podem advir do desmantelamento da UE. Sabemos que o euro veio aprofundar as desigualdades entre centro e periferia, mas não temos ilusões numa moeda própria, nem achamos que esta seja, por si, a solução para todos os problemas. No entanto, reganhar soberania e autonomia económica é um passo essencial para romper com as políticas de austeridade, e ter controlo sobre a moeda é um instrumento essencial para este processo. Neste sentido, **o BE aposta na formação de um grupo de trabalho sobre a saída do Euro, que inclua contributos diversos de activistas para além do BE, e que estude pormenorizadamente os diferentes possíveis cenários de saída da moeda única.**



**O BE compreende que o seu papel no quadro europeu é o de ser motor de iniciativas de mobilização e de debate internacionalistas** sobre Europa, democracia e soberania popular; alternativas económicas ao austeritarismo; guerra, migrações, direitos dos povos. Neste sentido, **o BE não limitará o seu quadro de alianças na Europa ao Partido da Esquerda Europeia ou a qualquer outra instância formal, nem escolherá os seus parceiros consoante o critério do sucesso eleitoral momentâneo, procurando potenciar e participar em plataformas políticas e sociais diversas.**

A outra face da Europa é o seu fechamento que deixa do lado de fora a humanidade. Ao escolher a política da guerra e ao ser conivente com esmagamento das Primaveras Árabes, os dirigentes europeus aprofundaram uma denominada crise migratória que tornou as fronteiras europeias num cemitério. A Europa que recalcava a memória da violência colonialista em nome da sua suposta superioridade humanitarista é a mesma que hoje coabita com os muros, os esquecimentos, as indignações e comoções selectivas que elevam a desumanidade ao plano do terror.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita cresce no coração da Europa, o securitarismo regressa a coberto da “guerra ao terrorismo” e a islamofobia tornou-se generalizada. **O BE empenhar-se-á incondicionalmente contra a guerra e contra os interesses imperialistas cruzados que dilaceram o espaço sírio, iraquiano e curdo sob o pretexto de combater o fascismo do Daesh ou a ditadura de al-Assad.**

## **5. A BURGUESIA NACIONAL APROVEITA AS MIGALHAS E CONSTRÓI UM PAÍS INVIÁVEL**

Vivemos num país bloqueado. Entre o pesadelo da política dos baixos salários que nunca são suficientemente competitivos, os sonhos de uma “Flórida da Europa”, os desígnios ideológicos de uma modernização conservadora impressionista e as políticas de pseudo-qualificação de mão-de-obra que se revelam apenas um negócio de curto prazo, o Portugal do centrão é um país inviável. Aceitando o colete-de-forças da dívida e as inevitabilidades que vêm do centro da UE, o país desiste de ter uma estratégia de desenvolvimento próprio ou uma qualquer política de investimento público. Reindustrialização, regresso à terra ou o mar são assim slogans vazios ou lemas propagandísticos enviesados que apenas ajudam a obscurecer a realidade económica.

O nacionalismo bacoco de alguns sectores empresariais que aparentemente se preocupam com a “espanholização da banca” ou com a “angolanização da comunicação social” não pode servir para esconder que o capital português é cúmplice e participante activo neste modelo de internacionalização e de financeirização da economia portuguesa. A burguesia nacional permanece rentista, vive da distribuição de benesses do Estado, aposta nos lucros mais imediatistas dos sectores dos serviços e distribuição e convive com a destruição da capacidade produtiva do país.

Assim sendo, **a esquerda tem de voltar a ter a capacidade de discutir o sistema produtivo, a propriedade colectiva e a planificação da economia.**

## **6. A POLÍTICA DO PARTIDO SOCIALISTA É INSUFICIENTE PARA RESPONDER À GRAVE SITUAÇÃO DO PAÍS**



O PS continua o mesmo de sempre, apesar de ter feito o que nunca antes tinha feito. De matriz coerentemente social-liberal mas pressionado pela correlação de forças saída das últimas legislativas, tem procurado aproveitar o “alívio” momentâneo da crise financeira para reverter no imediato algumas das políticas mais gravosas do reinado da Troika e do governo da direita. O seu programa regrediu da “austeridade inteligente” à promessa pura e simples do fim da austeridade.

No entanto, sem renegociação da dívida externa e mantendo-se dentro dos estreitos limites do Tratado Orçamental, acabará por chocar com a realidade e terá de escolher o seu campo: ou a austeridade *light* ou o campo dos direitos sociais. Temos consciência de que o social-liberalismo tem escolhido consistentemente o caminho da rendição ao capital em detrimento do trabalho e revela-se hoje incapaz de travar a pauperização da Europa. Por sua vez, **o Bloco, atento às lições do esmagamento da possibilidade de uma política alternativa na Grécia, não deixará de escolher o campo dos direitos sociais, desobedecendo às cúpulas das instituições europeias, afrontando o capitalismo financeiro e saindo do euro, se assim for necessário.** É preciso opor ao tão prolapado “plano B” (que, escondido, serviria para cumprir o deficit) um plano popular, internacionalista, construído participadamente.

A esquerda não pode cair no erro de deixar o acordo parlamentar alimentar falsas esperanças. Este acordo só se pode manter enquanto os objectivos mínimos aprovados se mantiverem e/ou a austeridade não voltar por outras portas que não a letra do acordo. **Cortes nos salários e pensões, aumento de impostos nos bens essenciais, privatizações e mais resgates a bancos em detrimento das finanças públicas, serão medidas que terão a oposição firme do BE e tornarão caduco o acordo de suporte parlamentar ao governo do PS.** Mais, a esquerda não pode cair na tentação de limitar a sua política à defesa do acordado. **É precisa a ousadia da ofensiva em nome dos direitos sociais, do trabalho digno, da justiça social.**

Sabemos que existem hoje mobilizações da parte de alguns dos PSs europeus para voltar a trazer para cima da mesa a questão da renegociação da dívida dos países em risco. A pressão para o social-liberalismo voltar a reivindicar um espaço político que seja capaz de o distinguir da direita liberal, é hoje uma questão de sobrevivência – sob a pena do seu desaparecimento enquanto elite política (o PASOK na Grécia, o SPD alemão, o PSOE espanhol, o futuro previsível do PS francês e, de alguma forma, os últimos anos do PS português, são o exemplo dessa urgência). Nesse sentido, **o BE precisa de manter a questão da renegociação da dívida como pilar central da sua proposta política e económica, sem nunca esquecer que ela tem que vir acoplada com outras questões fundamentais, como o controle público da banca ou a nacionalização dos sectores estratégicos da economia.** Só assim será possível travar o caminho ao social-liberalismo de ocupação do espaço político da esquerda hoje.

## **7. COMPREENDER O CONFLITO ENTRE CAPITAL E TRABALHO CONTINUA A SER ESSENCIAL PARA QUALQUER RESPOSTA À CRISE**

O BE insere-se na tradição da luta pelo pleno emprego com direitos, por uma outra organização do trabalho e por uma distribuição justa dos seus frutos. A intervenção da Troika significou uma regressão profunda neste caminho. A mais significativa das mudanças terá sido nos contratos e



nos direitos de trabalho. Atirando para a precariedade todas as pessoas que vivem do seu trabalho, intensificando ritmos e horários, diminuindo ou suprimindo muitos dos direitos conquistados por lutas de emancipação de séculos anteriores, o capitalismo continua a impor a barbárie nas relações sociais. Ele cria novas formas de explorar a força de trabalho em que o salário já não é uma condição, em que o tempo de vida já não se diferencia do tempo para trabalhar, em que trabalhadorxs são colaboradorxs e desempregadx são empreendedorxs potenciais.

O sindicalismo existente continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta. Só um sindicalismo realmente democrático conseguirá ser abrangente e capaz de organizar trabalhadorxs para a defesa dos seus direitos. Só um sindicalismo que se liberte das pesadas estruturas de direcções profissionalizadas a tempo inteiro conseguirá representar todas as pessoas que correm entre empregos, contratos a termo e situações de desemprego. Só novas práticas de discussão e deliberação horizontal poderão garantir que a representação sindical seja uma consequência da capacidade da luta de trabalhadorxs.

**O BE procurará intervir no movimento de trabalhadorxs, através dos seus sindicatos representativos, comissões, associações e órgãos informais nos locais de trabalho, favorecendo sempre a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada de todxs, a democracia de base e a sua capacidade de articulação com trabalhadorxs sem fronteiras nacionais ou de sector de actividade.**

É necessário, sobretudo hoje, que a pertença sindical possa existir quer se tenha contrato ou não, ou se esteja desempregadx ou não. É necessário coordenar a intervenção sindical com as necessidades das comunidades e trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

É nesse sentido que também valorizamos o trabalho virado para o sector etário sénior. A experiência ganha pelo Grupo +60, que já realizou um Encontro Nacional, deve ser aproveitada e aprofundada, fomentando, nomeadamente através do apoio das Distritais e Concelhias do Bloco, a formação de Grupos semelhantes, juntando todas as pessoas em situação de reforma, independentemente da idade, visando obter uma implantação no terreno à escala nacional.

## **8. O BE PRECISA DE DISPUTAR A HEGEMONIA PROFUNDA DA DIREITA**

Apesar da devastação que as políticas de austeridade provocaram no país, a direita conserva grande parte do seu poder hegemónico. No entanto, a construção de instrumentos contra-hegemónicos continua a ser minorizada pelo BE. **O BE tem de saber mergulhar na profundidade dos debates de ideias que contam e de apostar na formação política.**

Por outro lado, os moldes da política tradicional que se faz hoje não se adaptam às camadas da população que se desiludiram com a política. **O BE não se resigna com esta exclusão que afasta forças que poderiam ajudar à transformação social e procurará os meios e as formas para dia-**



**logar com quem foi afastado do direito à participação.**

**O BE procurará também participar na organização política dos sectores mais desfavorecidos.**

A política que fazemos escolhe a cada momento a quem fala. O BE não pode resignar-se a conseguir dialogar apenas com uma classe média, escolarizada. É onde o peso da desigualdade se sente mais fortemente que é necessário trabalhar com capacidade de diálogo e sem dirigismos.

## **9. O BE PROCURA DERROTAR O CONSERVADORISMO NA POLÍTICA NACIONAL E NAS PRÁTICAS QUOTIDIANAS**

O conservadorismo é parte estruturante do mundo de desigualdades em que vivemos. As questões feministas e LGBTQI não são temas fracturantes que se usam e descartam conforme as conveniências do calendário político. São parte fundamental do património do Bloco de Esquerda e terão de ser vividas permanentemente.

A regressão do Estado Social agudiza a pressão que as forças conservadoras estão a exercer sobre as mulheres, fazendo crescer o trabalho não remunerado e a diferenciação salarial. Num país sem creches nem empregos, fica claro que o fundamento destas políticas é o regresso ao lar.

O reconhecimento da autonomia pessoal das pessoas trans e intersexo na decisão da alteração de sexo e nome no registo civil, com garantia de acesso a todos os cuidados de saúde através do SNS, é vital. **O BE exige a promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proibam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género.**

A austeridade limita, ainda mais, a emancipação das minorias étnicas. A crise económica e o avanço conservador fazem crescer a sua exclusão e a violência social e institucional. **A luta anti-racista é cada vez mais uma luta urgente, para a qual o BE mobiliza as suas forças.**

Defendemos a criação de mecanismos que garantam a acessibilidade de pessoas com diversidade funcional ao espaço público, à educação, à participação política. **O BE exige a criação de estruturas que permitam às pessoas com diversidade funcional a ter uma vida digna e independente.**

Contra o conservadorismo sexual, **o SNS deve disponibilizar Profilaxia pré Exposição (PrEP)**, para combater o VIH e a sua disseminação. Contra os falsos moralismos, **o BE luta pelo reconhecimento dos e das trabalhadoras do sexo como trabalhadorxs com direitos inalienáveis.**

A luta pelo direito à morte digna, ou seja, ao reconhecimento legal e à regulamentação da eutanásia é uma luta transversal ao direito à dignidade da vida no seu todo. **O BE empenha-se na criação de legislação e condições que permitam estas práticas.**

A criação cultural é um factor central de emancipação e da capacidade da sociedade reflectir sobre si própria. Para isto, é necessário que o apoio estatal tenha critérios diversificados e orçamento suficiente. **O BE bate-se pelo mínimo de 1% do Orçamento de Estado para a Cultura.**

Deste legado de intransigência na luta, fazem também parte os direitos dos animais não huma-



nos, o antimilitarismo e o anti-autoritarismo, e o combate ao proibicionismo na questão das drogas.

## **10. A ALTERNATIVA DE UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA ACABAR COM AUSTERIDADE**

O BE apresenta assim como tarefas imediatas:

- *renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;*
- *promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;*
- *sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas no exterior;*
- *acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;*
- *a concessão do direito de asilo a todxs xs refugiadxs e a recusa do acordo UE-Turquia;*
- *regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;*
- *reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;*
- *exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;*
- *nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respectivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;*
- *estabelecer o controlo público da banca como instrumento para garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;*
- *planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;*
- *realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;*
- *diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;*
- *diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;*
- *aumentar o salário mínimo para 700€;*
- *estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego e a precariedade, promovendo o pleno emprego, acabar com as Empresas de Trabalho Temporário, combater os falsos recibos verdes e os estágios sem possibilidade real de contratos efectivos no seu termo;*



- *combater a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;*
- *reformular a Segurança Social de modo a que as contribuições das empresas se liguem directamente aos lucros obtidos;*
- *defender a contratação colectiva;*
- *reduzir o horário de trabalho para um máximo de 35h em todos os sectores;*
- *diminuir a idade de reforma para 62 anos ou aos 40 anos de trabalho;*
- *estabelecer benefícios fiscais para a associação de trabalhadorxs que desenvolvam projetos de recuperação de indústrias ou de criação de serviços de utilidade social;*
- *continuar a luta pela escola pública, universal e gratuita, onde a educação seja um instrumento para a emancipação e a autodeterminação;*
- *dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;*
- *apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;*
- *realizar um novo referendo à regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas directamente e com controlo dos fundos comunitários. Contra as desigualdades regionais e a opacidade dos investimentos públicos, o Bloco compromete-se a lutar para que o modelo de regionalização implementado seja desburocratizador, aumente a transparência, permita o alargamento da democratização das decisões e o reforço da participação cidadã, desenvolva a solidariedade inter-regional e favoreça o desenvolvimento sustentável.*

## **11. AS ELEIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS SÃO UMA OPORTUNIDADE PARA ULTRAPASSAR A PEQUENEZ DA POLÍTICA DO POSSÍVEL**

A política urgente só pode ser aquela que olha para as eleições como momentos de um percurso mais alargado de afirmação de alternativas e de respostas à esquerda. As eleições regionais dos Açores em Outubro de 2016 e as autárquicas do final de 2017 são uma oportunidade para o **BE poder ser um agente na transformação local, na derrota do centrão e na construção de um programa de defesa intransigente dos serviços públicos e de uma participação popular na gestão pública**. As dificuldades das zonas ultra-periféricas como dos Açores e da Madeira, as desigualdades entre o interior e o litoral, entre as cidades e os espaços rurais, que persistem e se agravam há décadas com o desinvestimento económico, cultural, de transportes e ambiental, provocando um êxodo rural e emigração massivos nestas regiões, terão de ter uma resposta que dispute o poder regional e local e saiba construir-se em unidade e ser alternativa aos dinossauros locais, ao clientelismo e ao imobilismo. Estas regiões não podem igualmente servir somente como espaços agrícolas ou turísticos: deve haver aposta cultural, educativa e geração de emprego, bem como



uma estratégia de transportes, nomeadamente a ferrovia, para as ligar ao resto do país.

Com maior peso da decisão das estruturas locais do que de considerações decididas centralmente, **o projecto do BE para as eleições autárquicas será o de favorecer listas unitárias que representem as forças que em cada local, cidade e região saibam enfrentar a direita com um programa claro de esquerda e de compromisso no combate intransigente às desigualdades.** Só em unidade a esquerda encontrará força para disputar mais do que lugares de representação e ir para além da aritmética dos partidos existentes. **Só juntando forças é que o BE cumprirá o objectivo de disputar o poder local e mudar a relação de forças nas autarquias. Onde tal não seja possível, o BE concorrerá em listas próprias.**

**O BE deve, desde já, contribuir para a realização de iniciativas que conduzam a programas políticos construídos de forma participada pelos munícipes e realizar um amplo debate nacional sobre as prioridades do trabalho político local à esquerda.** Como “Partido das Solidariedades” que se constrói pela base e que dinamiza processos locais e abrangentes, de agregação de activistas e experiências colectivas, **o BE disputa o poder local para além dos momentos eleitorais, mas sabendo aproveitá-los como instrumento de dinamização da política.** Localmente, o trabalho político do BE procurará enraizar-se nesse país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições.

## **12. O BE PRECISA DE REINVENTAR A POLÍTICA E DE CRESCER PELA RAIZ**

A eficácia mediática que o BE revelou recentemente não pode redundar numa política ditada exclusivamente pelo mediatismo e pelo imediatismo. O quadro político de reforço da participação parlamentar do BE não pode redundar num fechamento na institucionalização nem alimentar a crença de que a política se faz apenas no e para o parlamento. Fazer política para além do imediatismo é marcar agenda, não se limitar a gerir expectativas e conseguir passar mensagem para além da congratulação pelo atenuar da austeridade. **Para o fazer, o BE precisa de grupos de trabalho que não sejam meras correias de transmissão da direcção, e de campanhas políticas de médio prazo fortes que mostrem um partido com capacidade de sair para a rua muito para além do modelo do comício ou da campanha eleitoral permanente.**

Ao BE exige-se que tenha a capacidade de construir uma nova radicalidade. Porque só esta radicalidade é a escolha responsável perante os dilemas pesados que enfrentamos. A política que queremos é a que faz da organização dxs oprimidxs e da sua consciência de classe eixos centrais de emancipação, é a que se inscreve na potência transformadora das mobilizações populares.

Ao BE exige-se a capacidade de reinventar a política. A um partido-movimento que exige uma transformação de fundo da sociedade e a transparência nos processos de tomada de decisão nos centros de poder deve ser exigida de volta uma transparência ainda mais aprofundada. **As contas do Bloco e a informação genérica dos escalões de rendimento dxs funcionárixs e das contribuições ao BE feitas pelxs representantes eleitxs deverão estar acessíveis nas plataformas online do partido.**

Esta capacidade de reinventar a política faz-se também crescendo pela raiz. E isso significa tanto



partir de uma base organizada e mobilizada que tenha verdadeiramente voz na política do partido, quanto construir o BE como “Partido das Solidariedade”. **Enraizar o BE será assim colocá-lo em rede e ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidxs, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo.**

Porque não se pode decretar que a crise que devastou as nossas vidas acabou, continuam a fazer falta colectivos capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agro-negócio, mercados sem intermediários, colectivos culturais alternativos, redes que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradorxs.

### **13. O BE TEM SIDO UMA ORGANIZAÇÃO MACROCÉFALA E FAZ FALTA MAIS DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÃO**

No BE, os espaços informais e os arranjos circunstanciais entre as correntes dominantes têm-se sobreposto aos órgãos próprios e aos espaços da militância. A macrocefalia de uma direcção que se tem revelado incapaz de delegar competências afunilou o funcionamento do partido e fez com que as decisões que verdadeiramente moldam o futuro nos momentos decisivos tenham vindo a ser concentradas em cada vez menos mãos. A incapacidade de democratizar práticas políticas correntes e de mobilizar a participação vem de tão longe quanto o reconhecimento dos problemas, mas, para além das declarações de boa vontade, os problemas mantêm-se e continuam a ser urgentes soluções de democracia participativa interna.

A militância no BE tem vindo a ser, em grande parte dos seus espaços, gradualmente substituída por um tarefismo pouco mobilizador. **É preciso inverter este caminho e multiplicar os espaços de construção democrática de decisões, realizar assembleias com poder deliberativo, promover o debate alargado criando um boletim interno e outros mecanismos participativos já aprovados mas nunca levados à prática.**

É preciso também dar resposta a quem foi expulso do país devido à política austeritária. **O BE deve promover mecanismos de participação política para quem se viu obrigado a emigrar.**

### **14. O BE APOSTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE E NO PRIMADO DO TRABALHO PARTILHADO DE DIRECÇÃO**

Uma democracia de alta intensidade exige horizontalidade nos processos de tomada de decisão e a existência de múltiplxs protagonistas que dêem a cara pelo nosso projecto de sociedade. **A melhor forma de construir o Bloco para dentro e para fora é a organização colectiva a todos os níveis, da base à direcção.** Não nos resignamos a pertencer ao partido das fugas de informação. Recusamos os cultos da personalidade e as direcções omniscientes, e acreditamos que a democratização radical é mobilizadora. **Acreditamos que é preciso reinventar o BE e fazê-lo crescer pela raiz: porque só o enraizamento popular poderá derrotar a injustiça social.**



## SUBSCRITORES

Afonso Jantarada, 10708, Lisboa  
Albertina Pena, 263, Lisboa  
Alda Maria Lino Greló, 752, Setúbal  
Alex Gomes, 2803, Lisboa  
Alexandra Marques Espiridião Oliveira, 957, Évora  
Alexandra Sofia Freire, 4455, Aveiro  
Alexandre Nunes Cunha, 9201, Leiria  
Alistair Grant, 4221, Lisboa  
Amália Maria Marques Espiridião de Oliveira, 956, Évora  
Ana Gomes Branco, 9901, Lisboa  
Ana Martins, 6425, Lisboa  
Ângela Fernandes, 925, Lisboa  
António Alves Vieira, 10928, Porto  
António Rodrigues, 677, Lisboa  
Artur Gouveia, 12061, Viseu  
Bruno Morais, 11855, Aveiro  
Carla Leal, 3459, Porto  
Carlos Carujo, 101, Lisboa  
Carlos Cerqueira, 501, Lisboa  
Carlos Emanuel da Silva Duarte, 12270, Porto  
Catarina Príncipe, 3418, Porto  
Clara Alexandre, 1980, Viseu  
Clara Amaro, 9773, Lisboa  
Clara Coelho, 3952, Lisboa  
Dalila Teixeira, 9740, Porto  
Eduardo Fernandes, 11912, Setúbal  
Eduardo Greló, 757, Setúbal  
Egídio Paulo Fernandes, 7350, Madeira  
Elisabete Figueiredo, 9036, Aveiro  
Emília Gala, 9771, Lisboa  
Érica Almeida Postiço, 5155, Lisboa  
Fábio Caires Silva, 7689, Madeira  
Filipe Teles, 11832, Lisboa  
Frederico Leite de Almeida, 12263, Porto  
Henrique Gil, 1093, Lisboa  
Inês Ribeiro Santos, 5334, Lisboa  
Irina Castro, 6797, Coimbra  
Isabel Louçã, 2780, Lisboa  
Isabel M<sup>a</sup> Pires Marques Atalaia, 9770, Lisboa  
Joana de Oliveira Peixoto Braga, 12266, Porto  
João Azevedo, 2778, Lisboa  
João Beata Neves, 11405, Lisboa  
João Carlos Louçã, 240, Lisboa  
João Luciano, 184, Europa  
João Manuel Oliveira, 7051, Lisboa  
João Mendes Marques, 6178, Lisboa  
João Pedro Santos, 9393, Setúbal  
João Reberti, 12184, Lisboa  
João Rodrigues, 10538, Lisboa  
Jorge Afonso, 102, Aveiro  
Jorge Manuel Correia, 9487, Madeira  
Jorge Mendes, 6688, Lisboa  
Jorge Miguel Magalhães Alves, 12264, Porto  
José Alfredo Carneiro Teixeira Viana, 1887, Lisboa  
José António Guerra, 1032, Setúbal  
José Carlos Tavares Teixeira da Silva, 2073, Setúbal  
José Ernesto Figueira Ferraz, 6783, Madeira  
José Luís Carvalho, 10721, Setúbal  
José Manuel Dias, 7667, Évora  
Joseph da Silva, 7878, Lisboa  
Leonardo Costa, 9739, Porto  
Leonardo Silva, 3888, Setúbal  
Lino Romão, 9202, Leiria  
Lúcia Maria Reixa da Silva, 12160, Lisboa  
Lúcia Pereira de Castro, 11137, Madeira  
Luís Filipe Pires, 1026, Lisboa  
Luís Miguel Mendes Sequeira, 12269, Porto  
Luís Ribeiro, 3457, Braga  
Mafalda Pedreira, 10550, Leiria  
Mamadou Ba, 2126, Lisboa  
Manuel António Lopes, 740, Santarém  
Manuel Botelho, 10944, Lisboa  
Marco Tito Gaspar, 3178, Viseu  
Margarida Tavares, 12220, Lisboa  
Maria Clara Ribeiro Amaro, 9773, Lisboa  
Maria Emilia Gomes, 567, Setúbal  
Maria Emília Mendes Canoa, 12268, Porto  
Maria Joana Barradas Leal, 4998, Setúbal  
Maria José Martins, 623, Lisboa  
Maria José Samora, 502, Lisboa  
Mariana Mourinho, 11503, Lisboa  
Mário Martins, 11238, Leiria  
Marta Calejo, 5274, Porto  
Marta Filipa Sousa Rodrigues, 12221, Lisboa  
Mi Martinho Guerreiro, 8469, Lisboa  
Miguel Peixoto, 2089, Viseu  
Miguel Pinto Barrantes, 11466, Lisboa  
Minerva Martins, 11371, Lisboa  
Nuno Filipe Brito, 4850, Lisboa  
Nuno Moniz, 4325, Porto  
Paula Coelho, 5088, Setúbal  
Paulo Coimbra, 1449, Lisboa  
Paulo Martins, 607, Lisboa  
Paulo Nascimento, 7034, Beja  
Pedro Abreu, 4791, Europa  
Pedro Cortez, 11530, Lisboa  
Pedro Figueiredo, 9423, Porto  
Pedro Miguel Moreira Rodrigues, 2155, Aveiro  
Pedro Santos Costa, 770, Lisboa



Pedro Taveira, 11056, Setúbal  
Ricardo Cabral Fernandes, 10758, Lisboa  
Roberto Robles, 6453, Setúbal  
Roberto Tavares, 8289, Lisboa  
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa  
Samuel dos Reis, 12069, Lisboa  
Sandra Paiva, 10024, Lisboa  
Sandra Silva, 11532, Leiria  
Sandrina Espiridão, 774, Santarém  
Sérgio Vitorino, 663, Lisboa  
Sofia Gomes, 5421, Vila Real  
Sofia Isabel Borbinha da Cruz Luna, 6786, Évora  
Teresa Maria Mendes, Braga, 12267, Porto  
Tiago Braga, 10930, Porto  
Tiago Neves, 11900, Lisboa  
Tomás De Sá Fernandes Aleixo Nunes, 10764, Lisboa  
Valter Martins, 10935, Aveiro  
Vítor Fonseca, 2356, Lisboa  
Vítor Gomes, 3629, Aveiro